



## **Ideologia e Cultura Letrada: uma Análise Gramsciana dos Produtos Livroclip e Audiolivro<sup>1</sup>**

Raquel TIMPONI<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ

**RESUMO:** O presente artigo pretende relativizar a hegemonia da elite reproduzida pelo governo e Estado nas ações de incentivo à leitura e cultura letrada, e tem por objetivo debater que tipo de conhecimento se quer difundir. Para isso, primeiro retoma os conceitos de ideologia, em diferentes usos e ressignificações ao longo da história. Num segundo momento, aplica a perspectiva da cultura intelectual de Gramsci e as análises do gosto das classes como distinção e manutenção do poder, de Bourdieu, visando a aplicar essas teorias posteriormente nos produtos alternativos híbridos do livro: o audiolivro e o livroclip.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura letrada; ideologia; leitura; tradição; conhecimento.

### **1.Introdução**

A ideia desse artigo partiu da hipótese de uma tese baseada na avaliação do cenário contemporâneo de possibilidades de um conceito de leitura ampliada<sup>3</sup>, assim como suas implicações culturais. Em especial, destacam-se as atividades do cotidiano de leitura fragmentar no mundo de crianças e jovens, e que podem ser utilizadas em práticas educativas, pela dificuldade do estímulo do hábito de leitura. Todavia ainda persiste um desafio ao se pensar os novos modos de leitura e escritura da contemporaneidade e esses modos envolvem formas audiovisuais e sonoras, constituindo produtos híbridos nas práticas do cotidiano. Isso porque o governo possui um papel de legitimação do conhecimento que é válido culturalmente, em especial, as formas de acesso à cultura letrada. Nessa perspectiva, até que ponto a legitimação não é uma naturalização do pensamento a serviço das classes dominantes?

A aposta inicial da tese era a de que produtos híbridos como o livroclip (misto de audiovisual, colagens e fotografias e espécie de trailer como os do cinema, para a divulgação do livro) e o audiolivro (prática sonora de escuta, normalmente executada

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares. GP Políticas e Estratégias da Comunicação. do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2014. O artigo foi pensando a partir das conclusões da disciplina “Problemas Teóricos em Comunicação”, no curso **Comunicação e Ideologia**, ministrado pelo prof. Eduardo Granja Coutinho, no 1º semestre de 2012.

<sup>2</sup> Doutoranda e bolsista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social ECO/ UFRJ, Mídias e Mediações Socioculturais. Pesquisadora dos grupos de pesquisa: “Comunicação, Entretenimento e Cognição” (UERJ) e “Livro e Cultura Letrada” (UERJ). Email: raquel.timponi@gmail.com.

<sup>3</sup> Por leitura, utiliza-se a mesma significação de McKenzie (2004). Para o autor da sociologia do texto, o termo significa: “Eu defino 'textos' de modo a incluir informação verbal, visual, oral e numérica, na forma de mapas, impressos e música, de arquivos de som gravado, de filmes, vídeos e qualquer informação guardada em computador, tudo, de fato, da epigrafia até as últimas formas de discografia” (McKENZIE, 2004, p. 13).



em atividades multitarefa e em movimento no cotidiano) poderiam servir como auxílio à formação e incentivo às práticas de leitura do livro, de forma a contribuir para a construção do conhecimento. Porém, com o desenvolver da pesquisa, observou-se que essa postura prévia de “auxílio à cultura letrada”, termo pejorativo que desvaloriza as formas alternativas de produção da indústria editorial, pressupunha um olhar da elite, tradicionalmente construído e reproduzido em frases comuns de projetos do governo<sup>4</sup> de incentivo à leitura.

Por detrás das leituras impressas que legitimam o conhecimento, que são constantes preocupações do governo, há que se questionar: que leituras se quer estimular? Qual a relação entre a leitura e o conhecimento intelectual? Só se pode adquirir conhecimentos nos livros impressos densos, de capa dura, leitura em bibliotecas escuras e em silêncio ou também por práticas alternativas, lúdicas e advindas de baixo para cima (fora de uma hierarquia)? E mais: qual o modelo de conhecimento desejado? E por que ele é desejável?

Para explicar a imagem que a classe alta quer passar de que a cultura letrada e impressa é a forma legítima de obter conhecimento, numa postura de julgamento das formas alternativas ou advindas de meios vistos como inferiores, como o áudio em relação à imagem (audiolivro, no caso) ou formas de audiovisual (livroclip) em relação ao impresso, esse artigo pretende retornar à fundamentação teórica de autores que avaliam as questões de poder e ideologia presentes no contexto de posturas de falas e leitura.

Para dar embasamento teórico a esse trabalho, entende-se que não existe um conceito de ideologia que seja único e reconhecido por todos os sistemas. Eles se sustentam na visão de mundo de cada época, em contextos históricos diferenciados.

A ideia de ideologia será abordada pelos seguintes campos: história da leitura e da cultura letrada (como Robert Darnton); sociologia das classes e o poder simbólico, de Pierre Bourdieu (ao explicar o contexto da elite cultural e distinção pelo gosto); e na análise da ideologia<sup>5</sup> e hegemonia de Gramsci, ao analisar os intelectuais e a cultura, e enxergando esta última como uma função política na sociedade (de consciência crítica e transformação).

---

<sup>4</sup> Vide ProLer, Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), Viva Leitura, Retratos da leitura no Brasil.

<sup>5</sup> Baseado no curso sobre comunicação, cultura e ideologia, de Eduardo Coutinho, no primeiro semestre de 2012, focado no problema da ideologia e como diferentes pensadores inspirados na teoria social de Karl Marx reelaboram a questão.



Todavia, não necessariamente isso queira dizer que os livros impressos não devam ser fonte de acesso à informação e ao saber, ou que não se deva gostar de livros impressos. Roland Barthes (2004) já defendia a importância da fruição dos textos (resultando em prazer de leitura) nascida dos livros de conteúdo densos. Referências a estudos, críticas, resenhas partem dessa fruição intelectual, num desafio proposto pelo autor e enfrentado pelo leitor, vencido pelo entendimento, pelo prazer do domínio de uma temática difícil e do tema de referências externas, citações a outros autores e intelectualidade para sustentar um argumento complexo, que não teria o mesmo efeito se fosse realizado pela oralidade, na elaboração dos discursos. Há assim que salientar a importância dos textos acadêmicos, filosóficos, de raciocínio lógico, numa reflexão profunda, ainda que as leituras públicas na antiguidade e a retórica trabalhassem com os recursos de improviso para além das palavras escritas e sua origem. Essa leitura de fruição também nasce de um trabalho de conquista do conhecimento por parte do leitor. Portanto, não se quer desvalorizar a forma de fruição, o que é uma sensação diferente da leitura por prazer, como descreve Barthes (2004).

Assim, esse artigo tem o sentido de atentar para um valor estético e cultural não só limitado à alta cultura, mas também aberto aos produtos normalmente desvalorizados, vistos como de fora da cultura legitimada como válida, de forma a considerar filmes hollywoodianos, vídeos e conteúdos de fácil acesso aos jovens pela indústria do entretenimento (videogames, animações, seriados) e os atuais produtos populares da indústria editorial (*pocket books*, livros de adolescentes de ação e aventura, a exemplo de “Harry Potter”, “As crônicas de Nárnia” e “O Senhor dos Anéis”, ou biografias e tramas norte-americanas sucessos de venda). Para além de analisar o entretenimento somente como instrumento de dominação e pastiche, tal como apregoam Adorno e Horkheimer, em “A Dialética do Esclarecimento” (1985) – ao abordarem o processo de mistificação das massas na Indústria Cultural, e esvaziamento dos produtos e da consciência crítica dos sujeitos, com a racionalidade técnica – não se pretende trabalhar com a ideologia no sentido de desvalorização de mídias massivas que não contribuem para o aprofundamento intelectual (como defende a Escola de Frankfurt).

Também se pretende defender uma postura semelhante ao projeto gramsciano que propõe a cultura como elemento político de transformação: um espaço para a promoção da síntese pela superação dialética, de posicionamento crítico, por meio da cultura popular, presente nas falas cotidianas de intelectuais orgânicos. Para Gramsci, podemos pensar a cultura e a tradição como processos dialéticos, envolvendo a síntese



como reelaborações, movimentos que todo processo de criação envolve. Portanto, pode-se pensar a tradição como hegemonia, sob o viés político, e a superação dialética como forma de conhecimento (pelo lado popular).

## **2. Formas ideológicas na visão de mundo**

A reprodução de pensamentos, como o de que o livro impresso é a maneira legítima de se adquirir conhecimento e cultura letrada, reflete uma ideologia e visão de mundo, amalgamadas em pensamentos construídos ao longo do tempo e reproduzidos nas falas do cotidiano, com o objetivo de beneficiar as instâncias do poder. Essas falas e frases constantes no pensamento do dia a dia se devem a um modelo de conhecimento, previamente construído na história, que, na verdade, é explicado por uma cultura enciclopédica iluminista.

Diversos foram os autores da história preocupados em abordar a complexidade que ocorre nos sistemas culturais, pelos contextos e seus entrecruzamentos de cada situação e variantes do meio. Nesse trabalho, será dado destaque ao processo histórico de formação do sistema da cultura letrada, hoje legitimado como valor, distintivo de classe e gosto cultural, assim como a postura de reação que Gramsci coloca num marxismo consciente.

Um dos autores que aborda o entendimento da leitura como meio de distinção social e maneira legítima de acesso a uma cultura letrada, advinda de um pensamento de uma época histórica em que valiam os saberes da cultura enciclopédica iluminista, é Robert Darnton. Segundo relata Darnton (2001), após a censura e queima de arquivos ditos não apropriados pela Igreja e a perseguição de livros filosóficos, na França a enciclopédia torna-se um meio de produção coletiva de um grupo de pessoas letradas, com a ambição de dar voz à filosofia das luzes e cobrir todos os campos do saber, o que substitui o pensamento anterior na história em que a ordenação teológica estava em primeiro lugar. Paralelamente, o povo não era o público leitor das enciclopédias. O historiador esclarece que os leitores pertenciam à aristocracia esclarecida, à tradição do Antigo Regime. Assim, a cultura enciclopédica impôs ideias e simbolizava o saber, no sonho enciclopédico da união dos conhecimentos, o que contribuiu para a erudição, mas também fez prevalecer discursos que colocam a ciência e a literatura como símbolos da erudição, olhar frequentemente reproduzido nos programas do governo de educação ou em debates sobre o letramento, assim como instituições a serviço da ideologia e cultura dominante.



Entretanto, fora o universo dos letrados (iluminados), Darnton, ao avaliar as maneiras de pensar na França do século XVIII (1996, p. 18), procura mostrar como se pensava e interpretava o mundo pelas apropriações da leitura. Para o historiador, há uma distinção entre a história cultural e a história das ideias. Essa se preocupa com o pensamento que foi sistematizado e formalizado, ao passo que aquela aborda como as pessoas dos segmentos subalternos entendiam o mundo.

Assim, o pensamento sistematizado, que é considerado como um gosto cultural letrado, na verdade, reflete um etnocentrismo cultural, que separa a cultura popular da letrada, nas relações de dominação que organizam o mundo social.

Outro viés para se pensar a ideologia da cultura letrada é o campo dos autores que fazem uma revisão do marxismo. Existem três vertentes ideológicas: 1) a linha marxista esquerdista, de falsa consciência e representação invertida da realidade; 2) sentido neutro de visão de mundo, conjunto de ideias, muitas vezes utópico; e 3) comportamentos que orientam política e criticamente o indivíduo da cultura popular, é o papel do intelectual orgânico, no marxismo consciente de Gramsci<sup>6</sup>.

A primeira é a linha esquerdista da ideologia<sup>7</sup>, a qual vê o marxismo como o conceito politizado de luta de classes e retoma o idealismo de Hegel (do plano teórico, utópico, que só considera a metafísica ou o mito), para incorporar a importância do homem na realidade histórica e prática. Marx traz a ideologia para o plano terreno com o materialismo histórico (o homem passa a ser o agente de transformação na história, no real). A sociedade civil (reino da estrutura econômica) e as relações materiais de produção são quem determinam o Estado, as leis, o aparato jurídico, a burocracia. Ou seja, no materialismo histórico de Marx o homem é transformado pela realidade que ele mesmo criou.

Para Marx, o homem se aliena no próprio trabalho pelas representações invertidas e pela consciência mistificadora da realidade. Não se reconhece nem o produto que produz e nem a quem produz. Por isso Marx defende a luta de classes contra as ilusões da consciência limitada ao plano das ideias.

Da mesma maneira, o governo quer fazer com que as pessoas pensem que o que elas leem é intelectualmente formador do conhecimento. Livros são autorizados pelo

---

<sup>6</sup> Conforme anotações do curso Comunicação e Ideologia, de Eduardo Granja Coutinho, no primeiro semestre de 2012, ECO-UFRJ.

<sup>7</sup> A principal crítica a esse primeiro conceito da ideologia marxista é ao economicismo vulgar, ao peso excessivo dado à base estrutural da economia, o que também acaba por ser uma ideologia. Perde de vista o pensamento dialético, desconsidera o papel da consciência do sujeito, da filosofia.



governo, pelo MEC, como forma de legitimar o conteúdo, portadores de uma ideologia que mantenha a ordem e a hegemonia do pensamento. A falsa consciência crítica pela leitura reconhecida muitas vezes só legitima o poder das classes. Todavia é possível produzir consciência crítica pelo autodidatismo, pela escolha pessoal e cruzamento de obras e frentes de opinião. Paralelamente, por outro lado, os condicionamentos para o consumo de certo tipo de literatura de *best sellers*, sons e letras enlatadas calam o homem através do entretenimento da Indústria Cultural.

Esses pensamentos contribuem para o controle manutenção da hegemonia e poder nas mãos de pequenos grupos, mais especificamente, nas ideologias das classes dominantes compartilhadas por toda a sociedade. Isso porque o ideal para as classes exploradas não é a consciência política para a transformação do mundo, que coloca em risco a hegemonia, e sim propagar o desejo de ser igual aos patrões pelo esforço e trabalho. Esse pensamento é aprendido nas escolas e na família, reproduzido na vizinhança pelo senso comum, na Igreja, o que, na verdade, reflete o pensamento das classes dominantes e contribui para a manutenção das instâncias de poder.

Nesse sentido, a ideologia é vista como falsa consciência, representação distorcida da realidade, no sentido negativo da palavra. Ela tem como tarefa apagar a diferença de classe, acabar com as contradições. A dominação dos homens sobre os homens não aparece e as ideias de dominação são naturalizadas (ideias absolutas, universais). Na verdade não pertencemos todos a uma mesma identidade social. Ou seja, ocorre um autodilaceramento das relações humanas e a alienação pelo trabalho. O dominado deseja ser igual ao dominador e não em destruir as relações de dominação.

O segundo sentido de ideologia é mais fraco ou neutro: o de visão de mundo. Conjunto de ideias, significações, normas e está no plano das ideias (mais próximo das ideias de Hegel, utópico). São exemplos: o Fascismo, o conceito de anarquia e a ideia de racismo.

E, por fim, o terceiro sentido de ideologia possui um lado mais consciente. É o conjunto de comportamentos que alertam o indivíduo em relação à ordem pública para uma postura política cultural mais crítica e contra-hegemônica (sentido marxista consciente, gramsciano). Para Gramsci, a comunicação tem uma dimensão política. Esses três termos, entretanto, são complementares.

Ainda como forma de análise da ideologia e hegemonia, pretende-se retomar o conceito numa perspectiva de diferenciação entre as classes pelo gosto (Bourdieu) e destacar a terceira forma de ideologia, num espaço de luta política da cultura (Gramsci).



Apesar de Pierre Bourdieu e Gramsci abordarem vertentes sob influências de projetos teóricos diferenciados, suas teorias tocam em pontos que dizem respeito à cultura intelectual, nos termos gramscianos, e os grupos e classes, gosto e cultura erudita, de Bourdieu.

No diálogo entre Bourdieu e Gramsci, há convergências. Ambos focam o mesmo aspecto social– que Gramsci chamou de superestruturas do Capitalismo, e Bourdieu de campos de dominação simbólica. Tanto um como outro dão pouca importância à economia e centram suas análises nos efeitos dela. Interessam-se pelas questões de dominação e reprodução da dominação. Procuram também definir o papel dos intelectuais na política, ou seja, o lugar que ocupam na reprodução e na transformação da ordem social.

Já Antonio Gramsci, diferentemente da análise dos mecanismos de dominação de classe e de distinção de Bourdieu, procura estabelecer uma concepção dialética da cultura, como herança viva da tradição, destacado um olhar de dimensão política em sua organização. A política para Gramsci está presente não na luta de classes como no Marxismo, mas na luta pela cultura (COUTINHO, 1992).

Para ele, a cultura é a forma de politização e transformação contra-hegemônica e de tomada de uma sociedade civil. O autor é favorável à ideia de que todos possuem gosto, conduta moral e de que a cultura popular não é totalmente passiva. Ela é tecida de ignorância e sabedoria. Para Gramsci, a opinião sã do homem comum é o senso comum crítico, apesar da ideologia e servilismo nesse comportamento. Carlos Nelson Coutinho (1990), em estudo sobre os intelectuais e a cultura, considera que Gramsci vê o intelectual como o agente político ativo para a forma de organização da cultura, visando a tornar orgânica a visão de mundo dos grupos subalternos. Gramsci analisa as camadas de intelectuais com funções frente à classe: promover a homogeneidade e a consciência da própria função; organizar uma nova cultura, um novo direito; sistematizar a visão de mundo, as formas de consciência e os níveis de ideologia. Ele busca na ideologia da realidade prática as formas de dominação pela cultura, através da presença do intelectual tradicional e do intelectual orgânico, ambos agentes históricos transmissões de classes sociais diferentes (Cf. GRAMSCI, 2001).

O intelectual tradicional é aquele que não está organicamente vinculado a uma classe e não contribui ativamente para controlar a visão de mundo, isto é, não tem como proposta criar a ideologia de um mundo próprio. Um exemplo de intelectual tradicional são os clérigos, com função ideológica no modelo de produção anterior ao Capitalismo,



no momento em que a Igreja possuía o monopólio da superestrutura sobre o leigo, não especialista. Atualmente a Igreja somente é mais um dos aparelhos de hegemonia para auxílio de constituição da sociedade civil, pela mídia. Hoje esses intelectuais tradicionais não necessariamente continuam ligados a uma classe. Um exemplo são os professores e os acadêmicos, diferentes dos intelectuais ligados a instituições de classe (partido, sindicatos, mídia). São novas classes contemporâneas que assimilam modelos anteriores.

Já o intelectual orgânico é aquele que analisa as transformações a partir de dentro, conservando o aspecto crítico e negando o que tem de calcificado. É o agente da vontade coletiva, cuja ideologia cria formas de consciência. Tem por função de organizar as massas, sistematizar a cultura de uma classe, e vida de determinado grupo, abrindo espaço para a transformação e consciência crítica das classes populares. Os partidos, sindicatos, apesar de possuírem objetivos semelhantes de conscientização, politização e adequação a cultura popular, querem promover outra cultura diferente da cultura popular. Gramsci pretende desenvolver a tradição dialeticamente, não apenas negando a tradição popular, mas também renovando alguns de seus aspectos. Os intelectuais orgânicos não necessitam ser oriundos de uma classe (podem se aproximar do grupo social, aprender com ele), mas devem viver os problemas do grupo social como se fossem seus. Portanto, ser simpático a uma classe não o torna um intelectual orgânico.

No projeto gramsciano, a consciência está presente no intelectual orgânico ativamente ligado ao grupo, que compreende as paixões do povo e orienta a vontade coletiva, organiza e torna orgânica a cultura, com o objetivo de realizar a mistura dialética do sentimento das massas com a sistematização da visão de mundo superior. E é despertando paixões, cativando o público (pela identificação estética, afetiva, como na música, sons e audiovisual) e canalizando-as num projeto consciente é que esse intelectual poderá levar à transformação social pela crítica, segundo acredita Gramsci (2001).

É importante resgatar que não ocorre a revolução e tomada de poder, devido ao que Gramsci, em reelaboração da teoria marxista, explica como teoria ampliada do Estado. Bobbio (1994), em artigo sobre a dialética de Gramsci que explica a sociedade civil, ao avaliar a sociedade moderna ocidental, atesta que o Estado não mais se limita à função de hegemonia pela coerção (pela força das armas, leis). O Estado moderno é mantido pela soma da sociedade política (que utiliza da coerção e do uso da violência





legal, pela política) com a sociedade civil (luta cultural pelo consenso), de estrutura complexa e mais resistente a irrupções econômicas.

O que assegura a dominação das classes e hegemonia de um grupo sobre os demais é o controle da sociedade civil pela ideologia cultural. Ou seja, as relações de hegemonia política-ideológica complementam a coerção pelo consenso ativo e espontâneo do dominado, adquirido não mais pelas instituições governamentais, mas sim pelo agente principal da mídia.

Ainda para a hegemonia, o plano cultural das classes dominantes é ressemantizar os signos do adversário, incorporar a fala dos dominados à sua própria fala. É preciso fazer sacrifícios para a manutenção da ordem, mas sem envolver o essencial. Todavia só não ocorre a concessão de propriedade. Por isso a cultura popular passa a ser incorporada na estratégia de dominação.

Como a fala popular é potencialmente contra-hegemônica, a mídia tenta oficializar a incorporação da fala popular e dos movimentos sociais, mas com essência acrílica, esvaziada do conteúdo político, assim como o mito realiza, para a manutenção da hegemonia. As correlações de força estão alteradas. Com o advento da televisão fica mais difícil o projeto de transformação social. Na sociedade atual há o enfraquecimento do Estado, que perde o consenso dos dominados. Não é mais dirigente, mas apenas dominante pela força. Significa que as massas não acreditam mais. Hoje há a fortificação da mídia eletrônica, anestesiando, obtendo o consenso das massas. É a mídia que garante as relações de produção da sociedade e cria o consenso para a dominação do capital.

Assim, projetos como o audiolivro e o livroclip podem parecer, a um primeiro momento, formas de acesso alternativo ao conhecimento, em reelaboração, transformação das maneiras tradicionais de exposição do livro. Para Carlos Nelson Coutinho, relendo Gramsci, “quanto mais se ampliar a socialização da política, quanto mais a sociedade civil for rica e articulada, tanto mais os processos sociais serão determinados pela teleologia (vontade coletiva organizadora) e tanto menos se imporá a causalidade automática e espontânea da economia” (1992, p. 58). Todavia, ainda que novas formas estéticas de exposição sejam possibilidades de uma voz política não hegemônica e centralizada, ainda assim é preciso avaliar quem produz e quais os interesses ideológicos reproduzidos em cada um desses híbridos.

### **3. Aplicação das teorias de Gramsci no livroclip e audiolivro**



A partir das análises teóricas da ideologia, para além das formas tradicionais letradas e elitistas, faz-se necessária uma consideração sobre produtos híbridos que fazem parte da explosão de estilos e formatos, num projeto gramsciano político-cultural.

Considerando leitura como um processo ampliado que envolve imagens, audiovisual e sonoridades, cabe focar dois objetos que relativizam a hierarquia do letramento: o livroclip e o audiolivro. Auxiliados pela busca do papel de promoção da consciência crítica do intelectual orgânico, e de outro lado, a contraposição dos elementos de auxílio à manutenção da hegemonia, via reprodução estética e de falas populares, porém esvaziadas; o que realmente muda nesses produtos em relação às instâncias tradicionais da cultura letrada e o que permanece maquiado nos discursos de produções emergentes? De certa forma, esses produtos relativizam a verdade única, estável, dos valores do mundo passados pela cultura impressa letrada?

Os livroclipes e os audiolivros surgem como formas de experimentação de escrituras abertas, em constante movimento e sem forma fixa, pois são marcados seja pela variedade na maneira de representação dos textos, discursos e obra dos artistas, pelas peculiaridades dos meios e dos conteúdos específicos do estilo de cada autor, como no caso do livroclip, seja pelos recursos contextuais nas nuances da fala, e recursos sonoros, já que possui oralidade como princípio básico, como no audiolivro. Os dois produtos partem de produções para além dos métodos tradicionais de exposição das escrituras de conhecimento legitimado, pois são produtos diferentes dos livros impressos.

Se no circuito de consumo observam-se novas formas de circulação e de processos de leitura em mídias híbridas, por jovens, através de leituras fragmentadas, práticas do cotidiano variadas, leitura em telas pequenas, aprendizado de informações via entretenimento, TV digital, jogos investigativos; então por que limitar o processo de produção às formas tradicionais, lineares, com linguagem empolada para um público que não atende a esses padrões de letramento? E mais: quais são essas práticas de leitura e novas formas de escritura e em que medida elas influenciam os sistemas culturais ou impulsionam uma reformulação ou transformação verdadeiramente num plano político?

Os produtos híbridos do audiolivro e do livroclip, num primeiro momento, parecem apontar um movimento renovador pelo ponto de vista estético e que se aproxima da linguagem da cultura popular, como Gramsci aborda, no que diz respeito a seu projeto político cultural. Todavia, quando melhor avaliado, percebe-se que o processo de incorporação pelas escolas, pelo livroclip, assim como pela escuta do



audiolivro, é acrítico, não político, tendo em vista a reprodução dos livros literários clássicos, assim como gravações de introdução dos capítulos em áudio, como forma de ideologia e reprodução de discursos a serviço dos grupos dominantes. Assim os produtos parecem manter a hegemonia e ideologia dos discursos conservadores; não são contra-hegemônicos e nem um projeto contra o capitalismo.

Tal como foi avaliado na teoria de Gramsci, os produtos são travestidos de uma linguagem de produtos mais populares, como a possibilidade de aproximação do popular e dos jovens. Por outro lado são vazios de conteúdo crítico e não politizados. Talvez essa estratégia funcione como a ideologia negativa de falsa reprodução da realidade, falsa consciência das vozes das classes subalternas. Quando, na verdade, parece haver a manutenção de ideias estanques e dominantes, já automatizadas como valor cultural, como no caso das obras consagradas como literatura clássica para o conhecimento erudito. E por que não obras produzidas pela comunidade, pela visão da cultura popular e conteúdo crítico, não podem ser vistas como igualmente conhecimento válido?

Por um lado, avalia-se que a reprodução de obras consagradas e o uso na escola para promover o hábito da leitura resgatam a tradição e corroboram para o nivelamento por baixo da cultura popular, contrário ao projeto gramsciano dialético cultural de promoção e acesso a todo tipo de conteúdo pela renovação e promoção da consciência política da cultura popular.

Os livroclipes – popularizados pelo site Canal do Livro, em 2006, produtos híbridos – misto de linguagem de trailer de livros, trilha sonora de filmes, fotografia, publicidade, videoarte, games e animação – presentes formas de apresentação de obras literárias brasileiras aos alunos nas escolas, são também produtos pedagógicos para uso dos professores em sala de aula, que utilizam o discurso principal em letreiros adaptados de trechos das obras originais selecionados e colocados em movimento na tela. A tentativa é de se utilizar uma linguagem mais próxima ao universo dos jovens, assim como o uso de trilhas sonoras, e recurso de uso fragmentado de imagens, num tempo de videoclip. Porém, paralelamente, o tom professoral da narração digitada em legendas na tela e a apresentação de obras e estilos de autores pressupõem que o público receptor seja leigo no conteúdo da obra, além da função primordial de ser um material didático para uso em sala de aula tradicional.

É válido ponderar, que, mesmo que utilize recursos de atrativo aos jovens, como uma linguagem de filmes, trilha sonora, músicas de rock nacional, como nos livroclipes



da coleção “Poetas Modernistas Paulistanos”, com animações e músicas pop de fundo; ainda assim é mantida uma postura hierárquica, pedagógica, de cima para baixo, de lugar de poder nessa forma de escritura, quando realizado para um objetivo do governo (como no caso, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de S. Paulo). Também há que se considerar o interesse de publicidade dos livros impressos. Os livroclipes utilizam a potencialidade e despreensão lúdica dos meios híbridos para realizar publicidade das obras (hoje diversas editoras fecharam contrato com o Canal do Livro e alguns músicos permitem que utilizem seus produtos em livroclipes sem cobrarem direito autoral, como fonte de divulgação publicitária dos seus produtos, que tem como público primeiro a utilização do material nas escolas).

Assim, nota-se que a postura didática do livroclip não deixa de ser hierárquica e hegemônica, nos termos gramscianos, pois é um produto que se destina aos professores para utilizarem em sala de aula para os alunos, numa linguagem pedagógica e de consenso das classes subalternas. No livroclip de Álvares de Azevedo, o autor da obra é mostrado como uma figura rebelde, para fazer com que fique mais pop e próximo do universo do jovem, e a apresentação de uma de suas obras é feita com uma música de fundo da banda da cantora Pitty, mas ainda assim parece ser uma imagem forçada, traçada para se aproximar do universo jovem e se torna um pouco cansativa, pois são anexadas informações sobre a vida do autor durante o período de uma música completa. Em outras palavras, mesmo que a tentativa tenha sido a de utilizar a linguagem semelhante do videoclipe, bem aceita no universo dos jovens, a animação realizada em *flash* torna o vídeo infantil; e o tempo de duração para a apresentação tem uma extensão longa, o que reflete a ideologia clássica de promoção do conformismo das massas.

O audiolivro também, por sua vez, é um misto de leitura em voz alta de um texto impresso, com representação e interpretação das vozes de personagens. Funciona como uma radionovela, além de realizar o uso de recursos de sonoplastia do rádio e trilha sonora fílmica. É um produto já conhecido no mercado dos EUA desde os anos 70 e que, no Brasil, começa a se popularizar agora, mas ainda é um produto que sofre preconceito.

O mercado de produtos de audiolivros mais expressivo no Brasil, fora o gênero dos livros infantis interpretados em áudio já consolidado há anos, são os gêneros dos *best sellers*, de autoajuda e dos audiolivros religiosos, o que, por um lado também correspondem ao crescimento do público leitor de livros impressos da última geração,



como introdutores do hábito de leitura, mas, por outro, auxilia a promover produtos de recepção passiva do entretenimento, não reflexivos.

Os audiolivros são produtos vistos pela cultura letrada como sem valor intelectual. Por isso, previamente o audiolivro pressupõe a imagem do outro, fora da tradição, numa maneira externa de se adquirir conhecimento cultural. Por ser um produto essencialmente oral, mesmo nos programas de incentivo à leitura do governo, sempre são utilizados sob um olhar pejorativo ou para atender a um público especial (os produtos fabricados em áudio são vistos como utilitários somente numa perspectiva inclusiva para os deficientes visuais, de leitura branca, sem interpretações).

No Brasil não se fala desses produtos com o uso da potencialidade dos recursos sonoros, como algo legitimado pela cultura, porque, segundo revelam as pesquisas, não se capta tanto a informação oral quanto a escrita ou o pensamento desenvolvido numa leitura formal densa. Porém a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” revela que 53% da população ouvem música nas horas vagas, o que é um potencial para a criação do hábito de escuta de qualquer tipo de informação, sem com fala no público já habituado a escutar rádio. Nessa mesma pesquisa, 54% das pessoas não leem por falta de tempo. E no item para medir o entendimento dos conteúdos da leitura na cultura do brasileiro, 17% da população leem muito devagar, 7% não compreendem o que leem e 11% não têm paciência para a leitura, ou não têm concentração 7% (Cf. AMORIM, 2008, p. 13).

Assim, o audiolivro - como pode ser interpretado e fazer uso de entonações, pausas, modulações no tom de voz, uso de recursos de sonoplastia - potencialmente é um recurso de acesso facilitado à informação, o que poderia auxiliar na fragilidade do ensino escolar. Todavia, os usos e práticas na elaboração dos audiolivros têm atendido aos interesses das classes dominantes. Pierre Bourdieu (1989) já atentava para importância da voz, ao falar de sua força elocucionárias, que pode ser utilizada em diferentes contextos culturais e sentidos de obras sonoras nos audiolivros, o que frequentemente é refletido na manipulação dos significados e interpretações e introduções de obras pelo efeito pragmático da fala, pela entonação, pausa, modulação do tom da voz.

A possibilidade de carnavalizar personagens, dar um tom de humor pelos excessos, exageros e utilizar diversas vozes para compor os personagens de uma obra falada, faz com que o audiolivro tenha sua maior força na oralidade e interpretação dos textos em um cenário que propõe um cruzamento das ideias iniciais de diversos níveis e pode ser utilizado como forma de denúncia política.



Mas as práticas têm seguido vertente oposta, visto que diversos audiolivros, com destaque para os religiosos, utilizam vários desses recursos como forma de controle social, de propagar ideologias e até mesmo interpretar, a seu favor, mensagens dos textos originalmente impressos, como no caso da Bíblia interpretada por Cid Moreira e que utiliza guias explicativos em cada seção que o ouvinte escutará.

#### **4. Conclusão**

Num caminho dialético de transformação da cultura pela linguagem, mudança estética das formas e retroalimentação dos processos de escrita e leitura, o artigo se cumpriu avaliar, por trás de um discurso do governo e da cultura letrada, as instâncias ideológicas a serviço de grupos dominantes. Mesmo que se tenha potencialmente projeto políticos de conscientização crítica pela cultura, cabe considerar até que ponto a hegemonia e interesses econômicos ainda não determinam o que será permitido se produzir.

Com os produtos analisados, nota-se que o objeto de incentivo à leitura não é o livro impresso e sim a emergência e concomitância de produtos híbridos que funcionam como mais uma forma de acesso à informação, outra maneira de saber, nem por isso menos amalgamada em instâncias hierárquicas, em interesse da manutenção hegemônica do poder. Mesmo que se percebam como formas alternativas, por organizações não governamentais, até que ponto não reproduzimos instrumentos ideológicos enraizados/ naturalizados pela nossa tradição ao longo do tempo e reproduzidos constantemente pela mídia?

Todavia, ao mesmo tempo, adota-se uma postura aberta, da filosofia do ato de que ler é tentar entender, recriando as circunstâncias em que o livro foi pensado e escrito; é adentrar pelas possibilidades culturais da época; é comparar a sociedade em que o livro foi escrito com aquela em que ele é lido; é construir um mundo imaginário equivalente àquele em que habitou o escritor antes, durante e depois da escrita. E tudo isto constitui o tema deste grande enunciado que é um livro. Se não o ultrapassarmos em interpretação e novos usos e sentidos políticos e críticos, a leitura se frustra e se torna um exercício maçante de decodificação de palavra esvaziada.



## Referências

- AMORIM, Galeno (org). **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-Livro, 2008.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. 4ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BOBBIO, N. Notas sobre a dialética em Gramsci. In: **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Intr.,org. e sel. Sergio Miceli. 7 ed., São Paulo:Perspectiva, 2011a (Col. Estudos; 20-dirigida por J. Guinsburg)
- \_\_\_\_\_. **Sobre o poder simbólico**. Lisboa, DIFEL, 1989.
- \_\_\_\_\_. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 2 ed. rev. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011b.
- COUTINHO, Eduardo Granja. Contra-revolução impressa: jornalismo, reificação e hegemonia. In: COUTINHO, E.G. e GONÇALVES, M. **Letra impressa**: comunicação, cultura e sociedade. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- \_\_\_\_\_. Anotações do Curso **Comunicação e Ideologia**, baseado em Marx, ministrado pela Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho. Doutorado ECO/ UFRJ, Linha Mídia e Mediações Socioculturais. 1 sem 2012.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- DARNTON, Robert. **O Iluminismo como negócio**: história da publicação da "Enciclopédia" 1775-1800 Trad. Laura Teixeira Motta, Maria Lucia Machado (textos franceses). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GRAMSCI, A. Caderno 12. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol 2, p. 15-42.
- IANNI, Otávio. O Príncipe Eletrônico. In: **Enigmas da modernidade mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SENNET, Richard. O talento e o fantasma da inutilidade. In: **A Cultura do novo capitalismo**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006.